PROJETO ARQUITETÔNICO PARA O CENTRO DE ACOLHIDA, ALBERGUE, PROFISSIONALIZAÇÃO, AJUDA E ZELO (CAAPAZ), EM PONTA GROSSA-PR

ARCHITECTURAL PROJECT FOR THE RECEPTION CENTER, HOSTEL, PROFESSIONALIZATION, HELP AND CARE CENTER (CAAPAZ), IN PONTA GROSSA-PR

Anderson Stawski¹, Sílvia Barbosa de Souza Ferreira²

1 Aluno do Curso de Arquitetura e Urbanismo

2 Professora Doutora do Curso de Arquitetura

Resumo

Esse anteprojeto pretende definir as diretrizes principais para a construção de um centro integrado de cuidados a pessoas em situação de rua ou vulnerabilidade social. Após pesquisa sobre as políticas sociais da cidade de Ponta Grossa no Paraná e sobre os devidos locais de acolhida, se constatou a carência de equipamentos públicos dedicados a essa parcela da sociedade. O partido do projeto é o ser humano e o resgate da percepção de humanidade do próprio usuário, construindo um ambiente com um fluxo dedicado aos mesmos. Com o Centro de Acolhida, Albergue, Profissionalização, Ajuda e Zelo (CAAPAZ) se propõem evitar o deslocamento dos usuários, atendendo grande parte das necessidades em um mesmo local, dessa forma, não se tem apenas o albergue ou o refeitório, mas sim, um centro de atendimento total. O uso de tecnologias no projeto é um ponto fundamental, a começar pelo sistema RFID (*radio frequency identification*) para acesso aos ambientes, controle de fluxo dos usuários e análise social e empregando o uso de painéis fotovoltaicos para a geração de energia limpa e renovável. O CAAPAZ lança um olhar para a parcela da população relegada a margem da sociedade, empregando os recursos de arquitetura e urbanismo para uma convivência social ampliada. O resultado desse estudo é a comprovação de que é possível criar espaços dedicados a população em situação de rua ou vulnerabilidade social, trazendo esses usuários a sociedade novamente e conferindo dignidade aos mesmos.

Palavras-Chave: arquitetura; albergue; vulnerabilidade social; centro de acolhida; centro social.

Abstract

This preliminary project intends to define the main guidelines for the construction of an integrated care center for people living on the streets or socially vulnerable. After research on the social policies of the city of Ponta Grossa in Paraná and on the proper places of reception, it was verified the lack of public equipment dedicated to this part of society. The starting point of the project is the human being and the rescue of the user's own perception of humanity, building an environment with a flow dedicated to them. With the Welcome Center, Shelter, Professionalization, Help and Zeal (CAAPAZ) it is proposed to avoid the displacement of users, meeting most of the needs in the same place, in this way, there is not only the hostel or the cafeteria, but a full call center. The use of technologies in the project is a fundamental point, starting with the RFID (radio frequency identification) system for accessing environments, user flow control and social analysis, and using photovoltaic panels to generate clean and renewable energy. CAAPAZ takes a look at the portion of the population relegated to the margins of society, using architecture and urbanism resources for an expanded social coexistence. The result of this study is proof that it is possible to create spaces dedicated to the homeless or socially vulnerable population, bringing these users back into society and giving them dignity.

Keywords: architecture; hostel; social vulnerability; reception center; social center.

Contato: andersonstawski@gmail.com; silvia.ferreira@cescage.edu.br

Introdução

Os caminhos que levam pessoas a viverem em situação de rua não podem ser resumidos ou relegados a culpa do próprio indivíduo. São inúmeros fatores que podem levar o indivíduo a essa situação. Vícios, violência doméstica, problemas mentais, problemas financeiros, enfim, não se pode de forma alguma julgar a dor do outro.

Não entender o problema, não dá o direito a ignorar o problema. Como cidadãos sociáveis é obrigação de cada um cuidar do outro. E o que tem sido feito para resguardar essas vidas? O que tem sido feito para mudar a trajetória dessas pessoas que estão nessa situação? A resposta é: muito pouco.

Em Ponta Grossa/PR não existem albergues públicos. Apenas uma casa temporária pertencente e dirigida pela igreja católica, a Casa da Acolhida, cuja ocupação máxima é de dez pessoas por noite. Essa casa é deslocada do centro da cidade e seu acesso não é simples. Existe também o Ministério Melhor Viver, que conta com um abrigo para

homens ou família e tem capacidade de 50 vagas.

Esse trabalho propõe resolver essa lacuna social, tentando promover a sociabilidade e a integração entre os cidadãos.

A cidade de Ponta Grossa, tem insistido na arquitetura hostil aos seus cidadãos e não há contrapartida e nem interesse em resolver essa situação. A proposta é criar um centro de orientação e acolhida, atrelado a um albergue público. Com assistência social, profissionalização, psicologia e psiquiatria integrada. Oferecendo além de um teto para as noites, por vezes congelantes da cidade, um alento para a vida já tão sofrida dessas pessoas.

Ao longo do tempo existiram vários rótulos e nomenclaturas para pessoas em situação de rua: mendigo, morador de rua, sem teto, enfim, nomenclaturas que acabavam por solidificar uma situação individual, tanto de antes, quanto com o peso de segmentar o futuro. Só recentemente, a nomenclatura de pessoa em situação de rua tomou forma, designando uma situação temporária e tentando cada vez mais entender o processo que

leva o indivíduo até essa situação extrema e traçando caminhos para que essa situação se dissolva.

Em 2020 o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), através da sua Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc), em publicação de Marco Natalino, divulgou a Nota Técnica Nº73, que trata da Estimativa da População em Situação de Rua no Brasil de setembro de 2012 a março de 2020.

O resultado desse estudo demonstra uma enorme falha quanto as pessoas em situação de rua. A população em situação de rua cresce, em especial como efeito colateral da pandemia da COVID-19, que com o freio na economia atrelada a baixa ou nenhuma medida estatal para protegê-la, acabou empurrando mais pessoas ainda para a situação de rua.

O estudo, estima que em março de 2020, haveria em torno de 220.000 pessoas nessa situação, e o gráfico aponta crescimento cada vez

maior. Natalino (2020) esclarece que o crescente do gráfico se dá pelo óbvio empobrecimento da população, mas também outros fatores, como problemas mentais em crescimento, entorpecentes e violência. Porém, deve-se tomar cuidado na análise de dados, pois nos anos anteriores, as prefeituras em sua maioria, não tinham um censo dessa população. Em 2020, esses dados foram melhorados e mais cidades foram incluídas.

No gráfico 1, mostra-se o crescimento da população em situação de rua no país, lembrando que é apenas uma estimativa e esse número provavelmente seja maior.

Em Ponta Grossa, segundo dados da Secretaria Municipal de Assistência Social de 2018, havia mais de 200 pessoas em situação de rua ou moradores de rua. Os dados são defasados, o que demonstra a pouca preocupação da gestão pública com essa população.

Gráfico 01 – Número estimado de pessoas em situação de rua no Brasil.

Fontes: Censo Suas; Cadastro Único; RMA; Ipea (2015); IBGE (2015).

Fonte: Censo Suas; Cadastro Único; RMA; Ipea 2015; IBGE (2015)

Existem, em Ponta Grossa, algumas iniciativas para o atendimento da população de rua, porém são descoordenados e não conseguem atender a demanda. O Ministério Melhor Viver, com sede na Rua Herculano de Freitas, 751, no Jardim Carvalho em Ponta Grossa/PR, consegue de certa forma abrigar essas pessoas, encaminhá-las aos serviços públicos de assistência de saúde e, criando medidas para o escape da situação de rua, como a oferta de uma espécie de república para os moradores que já conseguiram superar a primeira

fase em um período na instituição. Nessa república, a população é incentivada a criar recursos de autogestão. O projeto Ministério Melhor Viver é vinculado a comunidade evangélica, o que condiciona os tratamentos e métodos à visão evangélica.

Em 2014, atendendo ao Texto de Orientação para o Reordenamento do Serviço de

Acolhimento para pessoas Adultas e Famílias em Situação de Rua, adequamos nossos serviços que ficaram estabelecidos da seguinte forma:

a) Dar as Mãos: Ininterrupto. Serviço Especializado de Abordagem Social. Meta de 200 abordagens por mês. Identifica situações de rua e de violação de direitos, buscando a resolução de necessidades imediatas e a promoção da inserção na rede de serviços socioassistenciais e das demais políticas públicas na perspectiva da garantia dos direitos.

b) Braços Abertos: De segunda a sexta. Serviço de Convivência e Fortalecimento de vínculos, com as seguintes atividades: atendimento socioassistencial, oficinas de convivência e fortalecimento de vínculos, alimentação, higiene, vestuário, encaminhamento à rede intersetorial, construção de novos projetos de vida. Meta de 100 atendimentos por dia. No decorrer do ano de 2013 passaram pelo Centro de Atendimento 1.258 pessoas rotativamente, destes, 326 usuários decorrentes do Serviço de Abordagem Social.

c) Viver em Família: Acolhimento Institucional. Ininterrupto. (1) Serviço de Acolhimento em Abrigo Institucional, para 28 (vinte e oito) pessoas adultas ou grupo familiar com ou sem crianças, que se encontram em situação de rua. E (2) Serviço de Acolhimento em República, em regime residencial, com endereço específico, para até 10 (dez) pessoas adultas com vivência de rua em fase de reinserção social, que estejam em processo de restabelecimento dos vínculos sociais e construção de autonomia. No decorrer do ano de 2013 foram atendidos integralmente, via acolhimento em República de Apoio, 124 pessoas. Destas, 51 estavam acolhidas dia 31 de dezembro. 86.635 refeições divididas em café da manhã, lanche, almoço, lanche da tarde e jantar;

d) Comunidade Terapêutica Melhor Viver: Ininterrupto Serviço de Atenção em Regime

Residencial, com 24 vagas, serviço contínuo de atenção, acompanhamento terapêutico de caráter residencial e transitório para crianças e adolescentes com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade social e familiar e que demandem acompanhamento terapêutico e protetivo.

*Sobre o Ministério. **Ministério Melhor Viver**, 2022. Disponível em: <<https://www.ministeriomelhorviver.com/sobre>>. Acessado em 16 de sez. De 2022.*

A Vila Vicentina – Casa da Acolhida presta o serviço de acolhimento em casa de passagem para população em situação de rua para 50 pessoas apenas e é o local ao qual se direcionam os necessitados que procuram o Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS POP. (fonte: Casa da Acolhida. **Diocese de Ponta Grossa**. 2022. Disponível em <<http://diocesepontagrossa.org.br/acolhida.php>>. Acessado em 16 de dez. de 2022.)

Na esfera pública, o município de Ponta Grossa conta com o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) que conta com o Centro POP que atende essa população de rua. O serviço conta com atendimento médico, psiquiátrico e psicológico. Oferece o auxílio documental e o encaminhamento a serviços públicos como Companhia de Habitação de Ponta Grossa (PROLAR) para a aquisição facilitada de moradia. (fonte: CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social. **FASPG – Fundação de Assistência Social – Prefeitura Municipal de Ponta Grossa/PR**. 2022. Disponível em <<https://faspg.pontagrossa.pr.gov.br/creas-centro-de-referencia-especializado-de-assistencia-social/>>. Acessado em 16 de dez. de 2022.)

Porém, o CREAS não consegue um atendimento eficaz devido à falta de interesse público, gestão pautada por interesses políticos e falta de incentivo.

Há a necessidade iminente de resgatar o sentido de sociedade e a reinserção da população na sociedade ativa é um passo nesse resgate. A evolução social não acompanhou a evolução tecnológica. A sociedade com viés exploratória, acaba por afastar indivíduos não desejados. A invisibilidade social toma proporções cada vez maiores, e a pandemia de 2020 fez com que a maior parte da população sentisse o que a população de rua vive há muito mais tempo: o distanciamento social.

O preconceito torna-se, portanto, uma espécie de barreira que faz com que o indivíduo sinta-se intimidado a exercer seu direito de ir e vir, de efetuar transações bancárias, de consumir e até mesmo de procurar os serviços de saúde” (FRAGA, 2011, p. 33)

O sentimento de distância acaba por descaracterizar o indivíduo de sua própria essência. O próprio não consegue mais se identificar como ser-humano. Esse sentimento é reintegrado pela outra parcela da população que os mantém assim, não o identificando como indivíduo útil na sociedade.

O Centro de Acolhida, Albergue, Profissionalização, Ajuda e Zelo (CAAPAZ), pretende fazer com que a sociedade entenda o valor de todo cidadão, fortalecendo as relações sociais e trazendo dignidade novamente as vidas que utilizarem o complexo. Um projeto que contará com uma estrutura baseada na gestão cooperada entre o setor público, privado e civil. Incentivando a autogestão e replicação do CAAPAZ.

Criar meios para que a sociedade rompa com os padrões existentes de “utilidade do indivíduo” a partir da geração de lucro, é o dever de todo urbanista, que cada vez mais se mostra um serviço muito mais voltado a humanidade e entendimento social que apenas a concepção técnica dos espaços e meios.

O projeto é em sua essência, humanitário. Entender como as relações sociais se degradaram ao ponto de segregar cidadãos e rotulá-los para evitar a humanização deles, é um processo que ainda perdura, porém, passível de mudança com a evolução social desejada.

É necessário caracterizar esta população, para saber qual a realidade do ‘cliente’, como em qualquer projeto de arquitetura. Isto é importante para se poder trabalhar com as necessidades reais do indivíduo, e não com uma imagem de morador de rua que seja fruto de um imaginário arquiteteto. É isto que ira balizar os projetos.

(QUINTÃO; Paula; 2012; p.19)

A Figura 1, mostra o terreno proposto para a implantação do CAAPAZ (em amarelo), no bairro Estrela, com frente para três ruas, sendo Rua Ataulfo Alves (linha verde), Rua Doutor Manoel Antônio Braga Ramos (linha azul) e Rua Doutor Antônio Schwanssee (linha laranja). Paralela a essa última, a Rua Joaquim de Paula Xavier (linha vermelha) importante via de ligação da cidade e de fácil reconhecimento pelos cidadãos. Próximo ao terreno para a implantação, encontramos alguns importantes equipamentos urbanos, tais como: Instituto Educacional Duque de Caxias e Guarda

Mirim (em rosa). Na Figura 2, mais afastada, encontramos o Guarani Esporte Clube (em verde escuro), o Instituto de Educação Estadual Prof César Prieto Martinez (em cinza) e o Hospital da Criança (em azul escuro).

Figura 1 - Situação do terreno para a proposta de implantação do CAAPAZ

Fonte: Geoprocessamento Corporativo – Prefeitura Municipal de Ponta Grossa/PR – Editado pelo autor

Figura 2 – Equipamentos urbanos próximos para a proposta de implantação do CAAPAZ.

Fonte: Geoprocessamento Corporativo – Prefeitura Municipal de Ponta Grossa/PR – Editado pelo autor

Para a escolha do terreno foram levados alguns fatores em consideração, sendo o principal deles a distância a pé dos principais marcos da cidade, para que a população de rua, pudesse se deslocar facilmente até o atendimento. Conforme a Figura 3, o tempo de caminhada da Praça Barão do Rio Branco (popularmente conhecido como Ponto Azul) até o terreno é de 34 minutos e a distância de

2,5km. E a distância partindo do Terminal Central até o terreno é de 2,7km podendo ser percorridos em 36 minutos a pé.

Outro fator a ser considerado é a de que a edificação se encontra em um bairro considerado seguro e com alguns equipamentos urbanos necessários próximos, como hospitais, escolas e farmácias, todos eles compreendidos em um raio de no máximo 3km do terreno proposto.

Figura 3 – Rota até o CAAPAZ a partir de 2 centralidades de Ponta Grossa/PR.

Fonte: Google Maps – Editado pelo autor

O terreno conta com 1.719m², com 82,87m frente à Rua Ataulfo Alves e 20,75m frente às Ruas Doutor Manoel Antônio Braga Ramos e Rua Doutor Antônio Schwanssee (Figura 4). Segundo o Plano Diretor Participativo do município de Ponta Grossa, os ventos predominantes são de direção nordeste e estão presentes em torno de 50% dos dias do ano.

Figura 4 – Medidas do terreno (Fonte: Geoprocessamento Corporativo - PMPG).

Fonte: Geoprocessamento Corporativo – Prefeitura Municipal de Ponta Grossa/PR – Editado pelo autor

O setor mais alto do terreno está localizado

de frente à Rua Dr. Antônio Schwanssee apresentando desnível de 0,1m à Rua Dr. Manoel Antônio Braga Ramos. Conforme a Lei de Uso e Ocupação do Solo (PMPG, 2012), o terreno está localizado na Zona Residencial 1 (ZR1). Dessa forma, o imóvel deve ter no máximo 2 pavimentos, com uma taxa de ocupação de 50% e um coeficiente de aproveitamento 01. Porém, faz-se recurso da lei municipal nº 10.408/2010 que permite exceções de construção para imóveis de utilidade pública e saúde para que o imóvel siga as regras da Zona Residencial 4, que permite 4 pavimentos e ocupação de até 60% do terreno e coeficiente de aproveitamento 3.

O bairro é constituído, em sua maioria, por famílias de classe média alta, o que torna mais interessante o projeto pela possibilidade de envolvimento da comunidade no mesmo.

Nas figuras 5 e 6 é possível visualizar a situação atual do terreno.

Figura 5 – Terreno escolhido para o projeto

Fonte: Google Street View – Editado pelo autor

Figura 6 – Terreno atualmente

Fonte: Google Street View – Editado pelo autor

Qual o sentido de humanidade senão a plena vivência? Tecnicamente a humanidade evoluiu mais em 50 anos do que em toda a sua história. Porém, percebe-se que não evoluímos na mesma velocidade socialmente.

Finalmente, no Ocidente, na América do Norte, existiu e existe a cidade capitalista, comercial e industrial, mais ou menos marcada pelo Estado político, cuja formação acompanhou a ascensão do capitalismo e do qual a burguesia soube se apoderar para gerir o conjunto da sociedade. (LEFEBVRE, 2011, p. 59)

Vive-se hoje em uma sociedade em que se julga necessário que todos sejam financeiramente contribuintes. Em que haja a tríade homem/trabalho/estado.

Essa construção social, desenvolveu patologias sociais que nos fazem perder o sentido de humanidade. Categorizar as pessoas como produtivas e suas derivações como especializados e não especializados, acaba por menosprezar a própria vida humana e isso se reflete na tratativa que damos as cidades.

A exploração do ser humano pelo próprio ser humano remonta ao período feudal, em que a nobreza detinha o poder sob o povo, mesmo sendo em menor número.

A revolução industrial, alavancou as diferenças sociais, onde detentores dos meios de produção passaram a comandar os operários nas fábricas. Mesmo produzindo muito mais do que recebiam, permaneciam, pela necessidade de sobrevivência.

Como sociedade, ainda mantemos esse padrão de produção para os meios detentores em troca da sobrevivência. Disfarçada em forma de novos métodos de uma pseudo-felicidade, direitos e meritocracia, onde se julga que apenas a vontade de dominar seja essencial para se alcançar um degrau maior na sociedade.

Ter um trabalho, torna o cidadão socialmente aceitável. Mesmo que ainda sob o manto de invisibilidade, mesmo os trabalhadores menosprezados, ainda assim essenciais, como os do serviço público de limpeza, porteiros, zeladores etc., se mostram como personagens aceitáveis, mesmo relegados “aos seus lugares”.

Porém, se por qualquer revés ou ainda por escolha, o cidadão se encontrar em situação de rua, esse se torna algo indesejável. Torna-se apenas um mendigo.

Essa patologia social, perdura-se e mantém-se ainda mais pela pouca preocupação estatal. Esses cidadãos não importam ao estado, pois não são eleitores ou atores socialmente ativos. Vê-se isso claramente pelo precário e insuficiente atendimento a esse público nas cidades.

Não se deseja ver essas pessoas circulando livremente, porém não se deseja encontrar solução para isso, porque apenas não são considerados cidadãos.

Essa realidade pode e deve tomar outras proporções. O interesse público e privado deve se preocupar com todos os cidadãos.

Projetos como o apresentado nesse trabalho, visam modificar o interesse público de privação de direitos dos cidadãos em situação de rua.

Materiais e Métodos

Foi realizada pesquisa de dados quantitativos no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) para tentar entender o tamanho da população de rua no país. Foi quantificado a estimativa através de análise de cidades de mesmo porte que Ponta Grossa/PR.

A população de rua de Ponta Grossa/PR, foi melhor estimada através do acesso a informações fornecidas pela Fundação de Assistência Social de Ponta Grossa (FASPG), onde também foi encontrado o perfil dessa população e os serviços de atendimento disponíveis em Ponta Grossa.

O terreno foi escolhido pela sua localização e possibilidades de construção conforme a Lei de Uso e Ocupação do Solo da Prefeitura Municipal de Ponta Grossa/PR, consultando o site do Departamento de Urbanismo da Prefeitura. Através do Google Maps, foram feitas simulações de deslocamento para definir o lote da edificação, levando em consideração a distância percorrida a pé a partir de centralidades e marcos da cidade.

Através de entrevista com o atendimento da Fundação de Assistência Social de Ponta Grossa (FASPG), foram levantadas as informações do déficit de serviços de atendimento da população de rua e da dificuldade de manutenção dos serviços. Nesses contatos, foi constatado que o Ministério Melhor Viver mantém sua operação com 90% dos fundos sendo oriundos de ações internas como venda de hortaliças, pedido de doações no método “formiguinha” dos próprios internos, venda de artesanato, entre outros e apenas 10% de investimento municipal. Além de incentivo fiscal do Estado do Paraná. Outra fonte de renda relativamente nova, é a destinação de notas fiscais doadas ao Programa Nota Paraná, onde se consegue alguma arrecadação de fundos. A Vila Vicentina é financiada pela Igreja Católica e doações da comunidade, também realizam vendas de produtos como pão caseiro, hortaliças, dentre outros, produzidos pelos internos.

O Centro Pop, braço de atendimento à população de rua da FASPG, relatou a falta de profissionais que acaba prejudicando o atendimento. Também relata falta de investimento em equipamentos, medicamentos, materiais de necessidade básica de higiene e materiais médicos.

Através de pesquisas em periódicos e artigos, foi constatada as necessidades básicas para o atendimento humanitário do projeto, sendo: quartos para pernoite, banheiros, lavanderia, local para refeição, cozinha, sala de atendimento

psicológico e psiquiátrico, atendimento de clínica geral, odontologia, ginecologia e urologia, sala de recreação, sala de audiovisual.

Após esses dados coletados e compilados, foi gerado o programa de necessidade do projeto arquitetônico.

Em seguida, foram elaborados o organograma e o fluxograma que definiram o projeto com dimensionamento de ambientes, setorização e os fluxos.

Foi então realizado o projeto arquitetônico final, com a planta de situação, implantação e planta de cobertura, planta baixa dos pavimentos, cortes e elevações, além de perspectivas internas e externas. Faz parte desse projeto o memorial descritivo para a correta compreensão dele.

Para o desenvolvimento do projeto foi utilizado o *software Sketchup* no desenvolvimento das plantas, cortes, elevações, modelagem 3D, análise dos fluxos e revestimentos. Para a análise de ventos, insolação, estimativa de público, comportamento ambiental da vegetação e perspectivas artísticas, foi utilizado o *software Maxon Cinema 4D*. Para a análise técnica das condicionantes do terreno, foram utilizados os dados disponibilizados na plataforma de Geoprocessamento Corporativo da Prefeitura Municipal de Ponta Grossa/PR, através do acesso ao site <http://geoweb.pontagrossa.pr.gov.br>. As condicionantes legais quanto as possibilidades de uso do solo e terreno foram consultadas através da Lei Municipal nº 6.327/1999 (Código de Obras) e da Lei Municipal nº 6.329/1999 (Lei de Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo), ambos disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Ponta Grossa/PR.

Resultados

A partir das análises foi concebido o programa de necessidades conforme tabela 1.

Tabela 01 – programa de necessidades

1º Pavimento			
Ambiente	Qtd.	Área unitária	Área total
Recepção	01	65m ²	65m ²
Instalação sanitária da recepção	02	17,25m ²	34,5m ²
Banho (contendo 5 chuveiros cada, circulação e área de troca de roupa)	02	31,14m ²	62,28m ²

Recepção da área de saúde	01	39m ²	39m ²
Consultório médico	06	12m ²	72m ²
Ambulatório	01	32m ²	32m ²
Consultório odontológico	01	16m ²	16m ²
Sala de descanso para profissionais da saúde	01	17m ²	17m ²
Instalação sanitária dos profissionais da saúde + chuveiro	01	4m ²	4m ²
Resíduos hospitalares	01	14m ²	14m ²
Refeitório (para 100 pessoas)	01	200m ²	200m ²
Instalação sanitária do refeitório (masculina e feminina)	02	17m ²	34m ²
Cozinha	01	60m ²	60m ²
Estoque da cozinha + câmara fria	01	15m ²	15m ²
Antecâmara da cozinha	01	10m ²	10m ²
Instalação sanitária da cozinha	01	3,5m ²	3,5m ²
Resíduos da cozinha	01	15m ²	15m ²
Área total 1º pavimento			693,28m²
2º Pavimento			
Quartos albergue	10	27m ²	270m ²
IS quartos albergue	10	3m ²	30m ²
Living	02	100m ²	200m ²
Manutenção rouparia	01	50m ²	50m ²
Rouparia	01	50m ²	50m ²
Sala de descanso administrativo	01	35m ²	35m ²

IS administrativo	01	4m ²	4m ²
Lavanderia	01	30m ²	30m ²
Área total 2º pavimento			669m²
3º Pavimento			
Atendimento administrativo dos cursos	02	10m ²	20m ²
Sala de aula tipo A	08	45m ²	360m ²
Sala de aula tipo B	02	70m ²	140m ²
IS ambiente de aulas	02	20m ²	40m ²
Área total 3º Pavimento			560m²
Terraço			
Área de convivência	01	500m ²	500m ²
Área dos painéis solares	01	160m ²	160m ²
Área técnica	01	100m ²	100m ²
Área total terraço			760m²
Área total da edificação			2.682,28m²

Fonte: Autor

O tamanho das áreas foi definido seguindo as mais recentes normas da arquitetura, prevendo a comodidade, fluxo e áreas de passagem. Todas as portas da edificação contam com uma largura mínima de 1,10m, garantindo assim a passagem de pessoas com necessidades especiais de locomoção, inclusive para aqueles usuários de cadeiras de rodas. As instalações sanitárias contam com tamanho amplo e por toda a edificação, foram definidas instalações sanitárias dedicadas a portadores de necessidades especiais de locomoção, respeitando a largura mínima de 1,50m.

O fluxo foi desenvolvido de modo a contemplar a fácil locomoção do usuário e respeitar as regras sanitárias de saúde e de alimentos, pois o complexo conta com esses dois serviços. Na figura 9, é possível entender o fluxo a partir do usuário.

Figura 7 – Living

Fonte: Autor

Figura 8 – Sala de aula de corte e costura

Fonte: Autor

Figura 9 – Fluxograma do usuário

Fonte: Autor

Partido e conceito

O ponto de partida do projeto é o usuário final. Sendo que em sua maioria são pessoas de simples conhecimentos. Todo o fluxo é pensado para trazer comodidade e segurança a esse usuário, nunca deixando de lado a beleza e os ornamentos construtivos, pois a cultura e o conforto são pontos fundamentais para o desenvolvimento humano.

Assim como os espaços internos são pensados, a fachada também é. Com desenhos assimétricos pontuados com linhas verticais, se traz a sensação de segurança, assim como imponência, elevando o status social do usuário. A fachada (figura 10 e 11) é também um avançado para projetar sombra e proteger da chuva, elencando função a forma.

Figura 10 – vista da fachada

Fonte: Autor

Figura 11 – detalhe da fachada

Fonte: Autor

O paisagismo foi pensado para cobrir uma ampla área do terreno, com árvores frutíferas da flora local, conforme tabela 2, incentivando o cuidado com as mesmas e delimitando função a forma.

A calçada do terreno conta com o mínimo de 1,5m de largura, com piso tátil. Há a necessidade de implantação de duas rampas para acesso de PcD.

Tabela 2 – espécies sugeridas

IMAGEM	NOME CIENTÍFICO	NOME POPULAR
	Citrus spp	Ponkan
	Citrus sinensis	Laranjeira
	Eugenia uniflora	Pitangueira
	Prunus domestica	Ameixa amarela / Nespera
	Handroanthus albus	Ipê amarelo
	Buxus	Buxinho
	Bambusoidea	Bambu

Fonte: Autor

Na fachada em suspensão, há uma área verde com pequenas plantas e projeto de progressão de trepadeiras para os elementos verticais (figura 12).

Figura 12 – detalhe da área verde suspensa na fachada

Fonte: Autor

O terraço (figura 13), um espaço que abriga as caixas d'água, painéis fotovoltaicos e espaço técnico em 20%, contém um amplo local de convivência ao ar livre com grama e vegetação de pequeno porte em 80%, remetendo a uma praça de convívio, o uso da grama reduz drasticamente a temperatura da edificação e mantém o sentido de uso dela.

Figura 13 – terraço

Fonte: Autor

O desenvolvimento do projeto então, leva as condicionantes do terreno, da legislação e do partido arquitetônico proposto em consideração para a construção das plantas.

No primeiro pavimento, conforme a planta baixa demonstrada na figura 14 acompanhada da tabela 3 de legenda, o acesso dos usuários e dos profissionais administrativos se dá por meio da

entrada principal. Os profissionais da saúde e da cozinha, tem entradas dedicadas de uso exclusivo.

O recuo legal exigido de 5m a partir da calçada, é utilizado como área de estacionamento. O piso dessa área foi definido como concregrama para permeabilidade do solo. Serão 13 vagas de estacionamento, sendo 3 delas reservadas a PNE.

Os usuários se dirigem até a recepção onde acontece o cadastramento ou o atendimento é aferido (se já cadastrado). Nesse momento, o usuário recebe uma pulseira com RFID, que lhe dará acesso ao serviço pretendido, as portas só serão abertas com a leitura dele.

As opções após o cadastramento serão:

- Atendimento médico através do acesso dedicado;
- Refeitório;
- Banho
- Quartos (2º pavimento), através das escadas ou elevadores.

Figura 14 – Planta baixa do 1º pavimento (sem escala)

Fonte: Autor

Tabela 2 – Legenda da planta baixa do 1º pavimento

➡ Acesso direto ao atendimento de saúde	17	IS Masculino	29	Jardim interno	
➡ Resíduos hospitalares	18	Banho feminino	30	Refeitório	
➡ Acesso ao refeitório	19	Banho masculino	31	IS Masculino	
11	Jardim frontal 01	20	Recepção saúde	32	IS Feminino
12	Jardim frontal 02	21	Consultório Tipo A	33	IS PCD Masc
13	Estacionamento 01	22	Farmácia	34	IS PCD Fem
14	Estacionamento 02	23	Ambulatório	35	Cozinha
15	Recepção / triagem	24	Esterilização	36	Estoque cozinha
16	IS Feminino	25	Descanso profissionais saúde	37	Câmara fria cozinha
		26	IS Prof da saúde	38	Antecâmara cozinha
		27	Consultório Tipo B	39	IS Cozinha
		28	Consultório Odontológico	40	Resíduos cozinha
				41	Resíduos hospitalares
				114	Instalação sanitária funcionários

Fonte: Autor

O sistema RFID (radio frequency identification) é o mesmo empregado nas atuais fechaduras eletrônicas que funcionam através de uma tag. O sistema pode armazenar dados de uso, bloquear ou permitir acesso a determinados

setores com o simples cadastramento. Dessa forma, todo o caminho do usuário é monitorado. Os dados de movimentação, dados de saúde e de usabilidade servem posteriormente para análise do serviço e melhorias dele.

O acesso ao segundo pavimento (figura 15 e tabela 3) se dá por meio das escadas ou elevadores. Nesse pavimento se encontram os quartos, sendo que cada quarto possui 5 beliches, com um total de 10 quartos, totalizam-se 100 posições de dormir. Cada quarto conta com instalação sanitária otimizada para PCD. Assim como os demais ambientes, o acesso só é permitido aos quartos por meio do identificador

RFID. Os quartos estão igualmente separados em masculino e feminino, sendo que alguns dos quartos femininos possuem berços.

Esse pavimento conta ainda com dois *livings* que permitem interação social entre os usuários.

Também nesse pavimento, se encontram a lavanderia, a rouparia, uma área reservada de descanso para os funcionários administrativos e a sala de manutenção de rouparia.

Figura 15 e tabela 3 – Planta baixa do 2º pavimento (sem escala) e legenda

Fonte: Autor

42	Circulação
43	Elevadores
44	Quarto Tipo A
45	Quarto Tipo B
46	Living
47	Manutenção tecidos
48	Descanso funcionários
49	Lavanderia
50	Rouparia

Fonte: Autor

O terceiro pavimento (figura 16) do CAAPAZ é reservado a cursos profissionalizantes. Serão 10 salas de aula, cada uma com um assunto diferente (conforme tabela 4).

Nesse pavimento, em cada uma das laterais, encontra-se uma sala de apoio dos cursos, uma espécie de "secretaria dos cursos". Esse pavimento também conta com instalações sanitárias separadas em masculino, feminino, PCD masculino e PCD feminino.

O acesso a esse pavimento se dará através dos elevadores e escadas.

Figura 16 e tabela 4 – Planta baixa do 3º pavimento (sem escala) e legenda

Fonte: Autor

51	Elevadores
52	Circulação
53	Atendimento profissionalização
54	Instalação sanitária
55	Instalação sanitária PCD
56	Sala de Aula - Artesanato
57	Sala de Aula - Informática
58	Sala de Aula - Corte e Costura
59	Sala de Aula - Educação Jovens e Adultos

60	Sala de Aula - Artes plásticas
61	Sala de Aula - Cinema e Fotografia
62	Sala de Aula - Educação Jovens e Adultos
63	Sala de Aula - Reparos residenciais
64	Sala de Aula - Estética
65	Sala de Aula - Teatro

Fonte: Autor

O terraço do CAAPAZ (figura 17 e tabela 5) é uma grande área de convivência para os usuários. O piso com grama é convidativo e transforma o ambiente em uma praça. Além disso, a cobertura verde, tem a função de diminuir a temperatura ambiental da própria edificação.

Os painéis solares estão alocados em 20% desse piso e acima da laje destinada a área técnica e acima da laje dos elevadores.

O reservatório de água é composto por 3 caixas d'água de 15 mil litros cada uma, sendo uma delas reservado a captação de águas pluviais.

O terraço ainda conta com uma área pergolada, em que se pretende o crescimento de trepadeiras.

Figura 17 e tabela 5 – Planta baixa do terraço (sem escala) e legenda

Fonte: Autor

66	Elevadores
67	Área de convivência (piso tipo T01)
68	Área de convivência (piso verde)
69	Área dos painéis solares 01
70	Área técnica
71	Reservatórios de água

Fonte: Autor

A implantação (figura 18) ocorre na totalidade do terreno, com recuo frontal e nas laterais de 5m e traseiro de 1,5m conforme a legislação vigente. Os recuos laterais servem à edificação como estacionamento.

Devido a orientação do terreno e a sua altitude em relação a cidade de Ponta Grossa/PR,

a edificação tem um aproveitamento muito bom dos painéis solares.

A escolha social do local de implantação, leva em consideração a calma do local, sem um fluxo constante de automóveis e com vias de circulação de até 40km/h.

Figura 18 – Implantação (sem escala)

Fonte: Autor

A edificação é dividida em 7 setores básicos, sendo o setor de usuários, de acesso controlado através do RFID, o setor administrativo, o setor de atendimento médico, onde o acesso é permitido ao usuário, desde que haja a presença de um membro da equipe de saúde, o setor específico da equipe de saúde, o setor de cozinha, o ambiente específico da equipe de limpeza e o acesso permitido somente a equipe de manutenção. Fica demonstrado na figura 19 e na tabela 6 a setorização dos ambientes.

Figura 19 – setorização em planta baixa

Fonte: Autor

Tabela 6 – legenda da setorização

<i>Setorização</i>
<i>Usuários</i>
<i>Administração</i>
<i>Equipe de saúde e usuário (condicionado a presença de profissional de saúde)</i>
<i>Equipe de saúde</i>
<i>Equipe da cozinha</i>
<i>Equipe de limpeza</i>
<i>Equipe de manutenção</i>

Fonte: Autor

Conclusão:

O projeto do CAAPAZ demonstra ser possível o acolhimento humano à população de rua. Com um projeto bem elaborado, focado não em esconder essa população, mas sim em realmente acolher e incluir essa parcela à toda população. O serviço oferecido pelo CAAPAZ é global e trata da “re-humanização” do indivíduo.

Abraham Maslow apresentou uma teoria da motivação segundo a qual as

necessidades humanas estão organizadas e dispostas em

níveis, numa hierarquia de importância e influência e que pode ser visualizada como uma pirâmide. Na base da pirâmide estão as necessidades mais baixas (necessidades fisiológicas) e no topo, as necessidades mais elevadas (autorealização). CHIAVENATO (2000, p. 253)

A oferta de alimento e abrigo, confere ao usuário o sentido de ser único novamente. O atendimento de saúde e a profissionalização, conferem segurança e o reconhecimento como pessoa. O ambiente social, traz novamente a satisfação nos relacionamentos interpessoais, a explanação de sonhos, o resgate de interesses. Esses fatores cumprem o papel de auxiliar o indivíduo a reinserir-se à sociedade.

O CAAPAZ com sua fachada imponente e contemporânea, conversa com o entorno da Vila Estrela, um dos bairros mais conservadores da cidade de Ponta Grossa, a proximidade com a Guarda Mirim, potencializada o sentido de pertencimento do CAAPAZ ao local.

Agradecimentos:

Não poderia terminar esse artigo sem agradecer profundamente todos os professores que eu tive durante o período de arquitetura e urbanismo, sem citar nenhum professor em específico para não incorrer no erro de esquecer algum nome, todos foram importantes na conclusão desse curso.

Agradeço em especial a Professora Doutora Silvia Ferreira, que me orientou nesse trabalho, por vezes em horários e dias não convencionais e conseguiu com maestria sanar todas as minhas dúvidas.

Agradeço a minha mãe, Adriana, por ter construído meu caráter altruísta, sempre mostrando que vale a pena olhar para o outro, e ao meu pai, Marcos, por ter construído meu caráter profissional, me mostrando em atitudes que o trabalho honesto dignifica o homem. Ao meu irmão, que me inspira com seu bondoso coração, inteligência acima da média e bom humor. Ao conjunto da minha família, sendo meu irmão e eu, os primeiros dela a concluir o terceiro grau.

Agradeço imensamente minha esposa, Amanda, por estar ao meu lado, me impedindo de desistir, me obrigando a destrancar meu curso e concluí-lo. Minha parceira de vida, de amor, de trabalho, assumiu todas as responsabilidades de casa e da nossa empresa, enquanto me dedicava a conclusão desse projeto. Me ajudou na busca de referências, em ideias projetuais, e na revisão de tudo.

Referências:

Casa da Acolhida. **Diocese de Ponta Grossa**. 2022. Disponível em <<http://diocesepontagrossa.org.br/acolhida.php>>. Acessado em 16 de dez. de 2022.)

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. 5. ed. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro Editora, 2011.

MASLOW, Abraham H. **Motivation and personality**. Nova York: Harper e Row, 1954

NATALINO, Marco. **Nota Técnica Nº 73 - ESTIMATIVA DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO BRASIL (SETEMBRO DE 2012 A MARÇO DE 2020)**. IPEA – Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia (Diest) – Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc). 2020.

Prefeitura Municipal de Ponta Grossa. FASPG mantém serviços com moradores de rua e orienta sobre importância da higienização. Disponível em: <<https://www.pontagrossa.pr.gov.br/node/46226#:~:text=Hoje%2C%20a%20cidade%20conta%20com,também%20continua%20em%20Ponta%20Grossa>>. Acesso em: 18 de abril de 2021.

QUINTÃO, P. R. **Centros de referência espaços de moradia transitória e reinserção para a população de rua na cidade de São Paulo**. 2000. 78 Trabalho final de graduação. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo – USP, São Paulo.

Rede de Assistência Social de Ponta Grossa. Blog do Departamento de Gestão do SUAS da Fundação de Assistência Social de Ponta Grossa – FASFPG. Disponível em: <https://redeassocialpg.wordpress.com/catalogo-da-rede/alta-complexidade/>. Acesso em: 18 de abril de 2021

SILVA, Tatiana Dias; NATALINO, Marco; PINHEIRO, Marina Brito. **Nota Técnica Nº 74 - POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA EM TEMPOS DE PANDEMIA: UM LEVANTAMENTO DE MEDIDAS MUNICIPAIS EMERGENCIAIS**. IPEA – Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia (Diest) – Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc). 2020.

Sobre o Ministério. **Ministério Melhor Viver**, 2022. Disponível em: <<https://www.ministeriomelhorviver.com/sobre>>. Acessado em 16 de sez. De 2022.